8º CONPEF
CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE A PRESENÇA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Caroline Gomes Franzoni[1]
Nilton Munhoz Gomes[2]

RESUMO

O objetivo geral deste estudo foi analisar a possibilidade de um programa de intervenção para conscientizar alunos sem deficiência sobre as limitações e condições de alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física, e teve como objetivos específicos desenvolver um programa de intervenção sobre a percepção de alunos sem deficiência sobre as limitações e condições de alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física; observar a interação entre alunos com deficiência visual e sem deficiência nas aulas de Educação Física antes e após um programa de intervenção e motivar a discussão no que diz respeito a esta relação entre o aluno com necessidades educacionais e os demais alunos. O estudo se caracteriza como pesquisa qualitativa do tipo Pesquisa-Ação, no qual foi aplicado um Programa de Intervenção num período de seis aulas e um questionário semiestruturado, contendo 16 questões objetivas e 2 questões subjetivas para uma turma de alunos da Rede Municipal de Educação de Londrina que possui um aluno com Deficiência Visual. Os resultados mostraram que o programa de intervenção, aqui sugerido como uma importante ferramenta para o processo de inclusão possibilitou que os alunos se colocassem no lugar do aluno com deficiência visual e percebesse suas dificuldades e limitações e refletisse sobre suas possibilidades. Porém os resultados também indicaram que o programa não foi suficiente para abordar o tema inclusão, uma vez que foi desenvolvida em um curto espaço de tempo, em apenas uma escola, uma turma e apenas uma deficiência específica. Ficou evidente a necessidade de um maior investimento, estudo e conhecimento sobre o assunto e a sua aplicação prática e continua dentro da escola.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Educação Física Inclusiva. Deficiência Visual.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular é um tema que vem sendo discutido no âmbito escolar. A escola inclusiva tem como princípio que todas as crianças, independente de suas limitações, aprendam juntas, tendo garantido o seu direito a educação de qualidade (DECLARAÇÃO, 1994).

A escola inclusiva, além de oferecer ao aluno com necessidades educacionais especiais o acesso as salas de aulas, deve oferecer subsídios para

garantir a permanência e o sucesso acadêmico deste aluno.

A possibilidade deste estudo surgiu a partir de uma experiência de formação profissional, durante a realização de um dos níveis do estágio obrigatório feito em uma escola de Ensino Fundamental. Nesse estágio, em uma das turmas, havia um aluno com deficiência visual. A partir da análise das aulas, bem como das estratégias utilizadas pela professora de Educação Física, percebemos que havia pouca interação dos alunos com o aluno com deficiência visual. Dessa forma, surgiu o questionamento: se um programa de intervenção é capaz de conscientizar os alunos sobre as limitações e condições de alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física?

Com o intuito de responder a esta questão, este estudo se propõe a discutir esta relação entre o aluno com deficiência visual e os demais alunos, relação esta que se faz fundamental para o bom desenvolvimento acadêmico, social e afetivo de todos os alunos.

Este estudo se justifica pela necessidade de buscar estratégias que possam favorecer o processo de inclusão de alunos com deficiência visual nas escolas. Vale destacar que estudos desta natureza corroboram com a temática pois buscam informações de uma população que está diretamente envolvida no processo de inclusão, que são os alunos sem deficiência. A percepção destes alunos certamente auxiliará os professores de educação física na busca de estratégias que possam contribuir para que a inclusão cumpra seu papel efetivamente.

O estudo tem como objetivo geral analisar a possibilidade de um programa de intervenção para conscientizar alunos sem deficiência sobre as limitações e condições de alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física, já os objetivos especificos são desenvolver um programa de intervenção sobre a percepção de alunos sem deficiência sobre as limitações e condições de alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física; observar a interação entre alunos com deficiência visual e sem deficiência antes e após um programa de intervenção; e motivar a discussão no que diz respeito a esta relação entre o aluno com necessidades educacionais especiais e os demais alunos.

DESENVOLVIMENTO

Deficiência Visual

A cada dia está se tornando mais comum ouvirmos falar no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular nas mais diferentes modalidades de ensino, bem como a participação destes nas mais variadas disciplinas. Para Masi (2002, p.5), deficiência refere-se a "qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, podendo resultar numa limitação ou incapacidade no desempenho normal de uma determinada atividade, comprometimento este que podem ser nas capacidades motoras, visuais, auditivas e cognitivas".

Dentre os vários tipo de deficiências existentes, este trabalho irá concentrar-se na deficiência visual. Segundo Gorgatti (2008, p.395) a deficiência visual pode ser definida como "uma limitação na visão que, mesmo com correção, afeta negativamente o desempenho de uma criança durante sua educação".

O individuo com deficiência visual pode apresentar cegueira ou baixa visão. A classificação educacional muito utilizada, está dividida em dois segmentos, sendo eles pessoa com baixa visão e pessoa cega, conforme citam Munster e Almeida (2005,p.37):

> Pessoa com Baixa Visão: É aquela que possui dificuldades em desempenhar tarefas visuais, mesmo com prescrição de lentes corretivas, mas que pode aprimorar suas capacidades de realizar tais tarefas com a utilização de estratégias visuais compensatórias, baixa visão e outros recursos e modificações ambientais.
> Pessoa Cega: É aquela cuja percepção da luz, embora possa auxiliá-la em seus movimentos e orientação, é insuficiente para aquisição de conhecimentos por meios visuais, necessitando utilizar o sistema Braille em seu processo ensino aprendizagem.

O indivíduo que possui alguma necessidade educacional especial, seja ela a deficiência visual ou qualquer outro tipo de deficiência, tem o direito garantido por lei ao acesso e permanência em uma instituição de ensino, por exemplo, a LDBEN no. 9394/96 que promove, entre muitas ações, a implantação de mudanças no sistema educacional em relação a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, e decorrente disso há, a cada ano, um aumento significativo no número de alunos com essas necessidades nas escolas de ensino regular.

Inclusão Escolar

O termo inclusão, além de gerar diversas interpretações, algumas vezes é compreendida de uma forma muito restrita que diz respeito apenas a inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns. A educação inclusiva vai além de apenas abrir as portas das referidas classes, mas sim, diz respeito ao acolhimento a todas as pessoas que apresentam alguma condição considerada como uma "diferença" ao padrão estabelecido socialmente como desejável ou considerado "normal". Como bem comenta Marinho (2007, p. 9), a educação inclusiva é:

> O caminhar para uma escola aberta à diferença, onde todos possam fazer seu percurso de aprendizagem independentemente das desvantagens de natureza biológica, sociocultural, psicológica e educacional que possa apresentar [...].

De acordo com Lorenzoni (2013) dados do Censo Escolar, coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) de 1998 e 2012, mostram a evolução do ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais nas redes educacionais inclusivas. O Censo da Educação Básica de 1998 registrou 337,3 mil matrículas de estudantes com deficiência. Desses alunos, 13% estavam em classes comuns do ensino regular. Em 2012, o censo apontou 820,4 mil matrículas e constatou que 76% dos estudantes estavam em classes comuns do ensino regular. Esses dados representaram um aumento de cerca de 143% no número de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p.5)

> o principio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.

De acordo com Vitaliano (2010) ao decidirmos pela visão do movimento inclusivo teremos pela frente um caminho de inúmeras barreiras a superar e muitas ações a desenvolver para que possamos efetivamente colocar em prática os ideais

do movimento.

A Educação Física e o Aluno com Deficiência Visual

A Educação Física na escola, ao proporcionar conhecimentos e vivências práticas sobre o corpo e o movimento, deveria ter um papel fundamental na aprendizagem dos alunos. Infelizmente, encontra-se em muitos estabelecimentos, mesmo com os alunos mais jovens, resumida a vivências esportivas sem muito significado e objetivo definidos (KIRK & GORELY, 2000). Segundo Gorgatti (2005), a Educação Física como componente curricular deve ser dirigida para todos os alunos, sem nenhum tipo de discriminação, articulando o saber fazer, o saber por que está fazendo e como relacionar-se neste fazer, explicitando assim as dimensões dos conteúdos.

Crianças que nascem com deficiência visual ou adquirem nos primeiros anos de vida, muitas vezes são privadas de uma série de oportunidades para seu pleno desenvolvimento, embora a deficiência visual não traga em si tal prejuízo para a criança, a falta de informação por parte dos pais e professores pode contribuir para essa situação. Segundo Gorgatti (2005), essa falta de oportunidade faz com que elas apresentem, especialmente entre os quatro e oito anos, um atraso motor quando comparada aquela que enxerga, o que, em geral, somente será compensado na adolescência. Segundo Warren (1994), crianças com deficiência visual podem apresentar uma aptidão física mais precária, porém a ausência da visão não é fator determinante para tal situação. Os fatores fundamentais incluiriam a prontidão muscular, a utilização dos demais sentidos e a presença ou restrição de oportunidades de movimentos.

A Educação Física, além de ter um papel fundamental no desenvolvimento motor dos alunos, também tem extrema importância quando pensamos no desenvolvimento social, e isso também está relacionado com a maneira que o aluno com deficiência é aceito pelos demais alunos dentro da sala de aula.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho foi utilizada a Pesquisa – Ação. De

acordo com Thiollent citado por Gil (2008) a pesquisa – ação é:

> [...] um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Segundo Bracht (2002, p.3) a Pesquisa – Ação

> poderia indicar um caminho mais efetivo. Isto porque, nessa perspectiva, procura-se vincular o conhecimento da realidade da própria prática com a ação e os sujeitos, que na pesquisa "tradicional" participam meramente como informantes, aqui atuam também como sujeitos pesquisadores de sua prática.

A Pesquisa ação é um tipo de pesquisa que vai além de diagnosticar um problema. Tem como objetivo analisar o problema, criar estratégias e propor uma solução. O aspecto inovador da pesquisa se da através do caráter participativo e a contribuição à mudança social, pois promove condição de gerar conhecimento capaz de produzir ações e transformações sociais, inclusive em situações no âmbito pedagógico.

Foi utilizada como amostra uma turma do Ensino Fundamental I (séries iniciais) do Município de Londrina que possuía um aluno com deficiência visual matriculado. Os dados foram disponibilizados pela Secretaria de Educação do Município de Londrina/PR.

Os instrumentos utilizados foram um programa de intervenção, composto por quatro aulas, sendo duas aulas com exibições de projeções de slides e vídeos sobre assunto inclusão e duas com atividades práticas, com o objetivo de levar os alunos sem necessidades especiais a experimentar, a conhecer e a conscientizar-se sobre a área da deficiência visual e um questionário intitulado Escala Infantil de Atitudes Sociais em relação à Inclusão (ELASI), original de Baleotti e Omote (2003) e adaptado para melhor se adequar a esta pesquisa.

Foi feito um contato com a Secretaria de Educação do Município de Londrina/PR e com a escola selecionada para dar início à pesquisa, Foram entregues para cada um dos 29 alunos matriculados na classe selecionada um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Menores de Idade, sendo que apenas 19 voltaram devidamente preenchidos e assinados pelos responsáveis.

Foram agendadas seis aulas, sendo uma para a primeira aplicação do questionário, quatro aulas para o programa de intervenção e uma aula para a segunda aplicação do questionário.

Os dados foram analisados de maneira quantitativa e qualitativa considerando fatos e opiniões dos alunos sobre a participação do aluno com deficiência visual nas aulas de Educação Física, utilizando a categorização como proposto por Bardin (2006).

DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo tem o intuito de apresentar a discussão feita a partir dos dados obtidos das questões que abordaram temas referentes à participação do aluno com deficiência visual, especificamente, durante as aulas de Educação Física. As questões visavam identificar a opinião dos alunos perante fatos que poderiam ocorrer durante as aulas e a ação do professor quanto ao aluno com deficiência visual.

Inseridas no contexto das aulas de Educação Física, haviam questões que indagavam os alunos se, os mesmos, gostavam de frequentar e auxiliar o aluno com deficiência visual durante as aulas. Ao analisarmos os dados pudemos perceber que ouve uma redução no número de alunos que apresentaram respostas positivas as questões e um relativo aumento no número de alunos que não souberam responder. Acredita-se que estes resultados ocorreram devido ao fato de, antes da intervenção, muito alunos não teriam vivenciado situações em que se viram na responsabilidade de auxiliar alguém que possuísse algum tipo de limitação, mesmo que, no caso da intervenção, a “limitação” tenha sido simulada.

Segundo Greguol e Costa (2013), quando pensamos em realizar uma atividade, principalmente se ela for direcionada a aspectos motores, voltada a um aluno com deficiência visual ela pode gerar uma sensação de insegurança e a necessidade de compreender que a dedicar-se ao deficiente visual pode ser uma tarefa que exigirá uma atenção especial. Foi possível visualizar este fato durante a intervenção, onde, em vários momentos, aconteceram situações inusitadas, como no caso das atividades que alguns alunos estavam vendados, por exemplo, no pega-pega de dupla, os alunos sem vendas, simplesmente, esqueciam-se de conduzir o

aluno vendado ou os deixavam de lado alegando que eles estavam lhe atrapalhando.

Em relação à opinião dos alunos sobre a frequência e participação dos alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física é possível afirmar que, após o programa de intervenção, não houve mudanças significativas. Porem é importante ressaltar que, mesmo antes do programa de intervenção, a maioria dos alunos apresentaram-se favoráveis a frequência do aluno com deficiência visual nas aulas de Educação Física e acreditavam na sua capacidade de acompanhar o desenvolvimento da aula.

Os alunos se mostraram divididos quando questionados sobre a participação do aluno com deficiência visual que apresentar dificuldades durante as aulas. Segundo Almeida Etal (2016) culturalmente a formação em Educação Física privilegia o desenvolvimento das capacidades e habilidades físicas. Desta forma, prioriza o desenvolvimento físico e técnico, o que acaba por refletir em propostas curriculares dominantemente esportivas e competitivas, o que evidencia a exclusão daqueles que possuem algum tipo de necessidade especial. De acordo com Blinder e Mccallister (1998) apud Gorgatti (2005, p. 109),

> [...] jovens com deficiências, em muitos casos, demonstram sentimentos negativos em relação às aulas de Educação Física, principalmente pelo fato de terem sua participação limitada nessas aulas ou por vivenciarem experiências negativas de insucessos.

O incentivo dos alunos pode ser fundamental para instigar o aluno com deficiência a participar das aulas de Educação Física.

É importante destacarmos que a questão que indagava se os alunos deveriam ajudar o aluno deficiente visual, após o programa de intervenção, não apresentou nenhuma resposta negativa e ficou evidente que todos os alunos compreendem que o aluno com deficiência visual pode apresentar dificuldade e precisa de atendimento especial. Segundo Junior e Santos (2007) a deficiência visual gera comprometimentos e problemas psicomotores, levando também a descontroles no lado psicológico. Isso o faz se sentir mais dependente, inseguro, com medo de situações que não sejam conhecidas, isolamento social, sensação de incapacidade diante de atividades motoras, o que o torna diferente do grupo.

Essa é uma das principais razões para que um aluno com deficiência visual frequente as aulas de Educação Física. Segundo Teixeira (2008), muitas vezes, durante os primeiros anos de vida, a criança com deficiência visual passa por um processo de superproteção, que se inicia no ambiente familiar, em que a criança deixa de ter acesso a uma imensa variedade de vivências motoras e sensoriais. Muitas vezes está na aula de Educação Física uma das poucas oportunidades que essa criança terá de participar de alguma atividade que possa contribuir para seu desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial. Diante disso, fica explícito que, mesmo apresentando dificuldades, é importante que o aluno com deficiência visual receba incentivos para superar as dificuldades e participar das aulas de Educação Física.

A questão 9 foi uma das questões que teve um resultado positivo e satisfatório. A questão indagava o aluno sem deficiência se o professor deveria dar mais atenção para o aluno com deficiência visual. Inicialmente, antes do programa de intervenção, alguns alunos acreditavam que o aluno com deficiência visual não precisava de uma atenção especial justificando suas respostas afirmando que ele tem outros sentidos, como a audição, e que ele é um aluno como os demais, dessa forma, exigiria do professor o mesmo nível de atenção. A maioria deles apresentou respostas favoráveis, argumentando que o aluno com deficiência visual pode precisar da atenção do professor sendo necessária ajuda para realizar as atividades propostas, porque ele pode apresentar dificuldades e poderá se sentir mais a vontade para participar das aulas. Mas o resultado satisfatório foi apresentado após a intervenção em que as respostas negativas desapareceram e se intensificaram as respostas que afirmavam que o aluno com deficiência visual precisava de atenção, pois precisa de ajuda para a realização das atividades, pode apresentar dificuldades e por ser necessário garantir a segurança do aluno.

Durante as intervenções os alunos puderam perceber que é importante a participação de todos para garantir a segurança do aluno com deficiência visual, porem o professor tem um papel fundamental neste processo. Segundo Cidade e Freitas (2002)

> No caso da deficiência visual, o professor devera assegurar-se de que o aluno esteja familiarizado com o espaço físico, percursos,

> inclinações do terreno e diferenças de piso. Estas informações são uteis, pois previnem acidentes, lesões e quedas.

Além de garantir a segurança do aluno com deficiência visual, o professor tem uma grande responsabilidade quanto ao sucesso deste aluno no processo ensino-aprendizagem. Segundo Greguol e Costa (2013, p.73) o professor deve estar consciente acerca da importância de trabalhar os demais aspectos do desenvolvimento que influenciam diretamente o processo ensino-aprendizagem como um todo. Segundo Tinoco e Oliveira (2009) para o professor, certamente isso é um grande desafio, pois exige do profissional repensar sua pratica pedagógica, visando atender à diversidade de alunos, como sugere os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1999, p.18)

> Elaborar propostas pedagógicas baseadas na interação com alunos, desde a concepção de objetivos; reconhecer todos os tipos de capacidades presentes na escola; sequenciar conteúdos e adequá-los aos diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos, adotar metodologias diversas e motivadoras, avaliar os educandos numa abordagem processual e emancipatória, em função do seu progresso e do que poderá vir a conquistar.

Ou seja, é de extrema importância que o professor esteja preocupado com o processo ensino-aprendizagem que seus alunos estão incluídos e compreender que, para que todos os alunos sejam capazes de atingir o resultado mais satisfatório, será necessária uma demanda de atenção.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi conhecer a visão de alunos sem deficiência sobre a inclusão de alunos com deficiência visual e propor que eles vivenciassem as possíveis dificuldades e limitações que um aluno com deficiência visual pode ter.

Percebemos que o programa de intervenção, aqui sugerido como uma importante ferramenta para o processo de inclusão possibilitou que os alunos se colocassem no lugar do aluno com deficiência visual e percebesse suas dificuldades e limitações e refletisse sobre suas possibilidades.

Porém os resultados também indicaram que o programa não foi suficiente para abordar o tema inclusão, uma vez que foi desenvolvida em um curto espaço de tempo, em apenas uma escola, uma turma e apenas uma deficiência específica. Ficou evidente a necessidade de um maior investimento, estudo e conhecimento sobre o assunto e a sua aplicação prática e continua dentro da escola.

Conclui-se, assim, que o processo de inclusão de alunos com deficiência é um processo viável e que o programa de intervenção é uma ferramenta a ser utilizada. É imprescindível que discussões acerca do assunto sejam motivadas entre a comunidade escolar e, principalmente, os professores visando um trabalho diferenciado com o intuito de conscientizar sobre a complexidade do tema e compreender que este é um processo contínuo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.F.G.D.; DALGALO, V.S.; ROSSETTO, E.; ZINI, R. **A Educação Física e o aluno com deficiência visual inserido no ensino regular.** In: Congresso Nacional de Educação Especial. Anais. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2016. P. 1-14.

BARDIN, L. **A análise de conteúdo**. 3. Ed. Lisboa: edições 70, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1997.

BRACHT, V. PIRES, R. GARCIA, S.P. SOFISTE, A. F. S. A prática pedagógica em Educação Física: a mudança a partir da pesquisa-ação. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 9-29, jan. 2002.

DE MASI, I. **Formação de Professor:** Deficiência visual, educação e reabilitação. Programa Nacional de Apoio a Educação de Deficientes Visuais. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. São Paulo, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008..

GORGATTI. M. G. **Educação Física escolar e inclusão**: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores. Tese para obtenção do grau de Doutor em Educação Física, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **Atividade Física Adaptada:** qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais.5ª ed. Barueri, SP: Manole, 2013.

JUNIOR, W. R.; SANTOS, L. M. Judô como atividade pedagógica desportiva complementar em um processo de orientação e mobilidade para portadores de deficiência visual. **EFDesportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, N° 35, 2007. http://www.efdeportes.com/efd35/judo.htm

KIRK, D; GORELY, T. Challenging thinking about the relationship between school physical education and sport performance. **European Physical Education Review**, Manchester, v.6, n.2, p.119-134, 2000.

LORENZONI, I. **Aluno com deficiência celebra acesso mais amplo à educação**. 2013.In:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19296:aluno-com-deficiencia-celebra-acesso-mais-amplo-a-educacao&catid=202&Itemid=86

MARINHO, P. Construindo o currículo para uma diferenciação pedagógica. In: **Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares**, 3.ed. p 1-16, 2007, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa: RV CELL Comunicações, 2007.

MARQUES, Valter Bento. **A Interação entre Alunos Videntes e Deficientes Visuais nas Aulas de Educação Física.** 2010. 50 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física - Licenciatura) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

MUNSTER, M. A. V.; ALMEIDA, J. J. G. **Atividade Física e Deficiência visual.** In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. São Paulo: Manole, 2005.

VITALIANO. R. **Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: EDUEL, 2010.

ROSADAS, S. de C. **Atividade física adaptada e jogos esportivos para o deficiente: eu posso; vocês duvidam?** Rio de Janeiro: Ateneu, 1994.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. **Brasília: Corde**, 1994.

TINOCO,D. F.; OLIVEIRA,F. F. A inclusão do portador de deficiência visual nas aulas de Educação Física**. http://www.efdeportes.com/ Revista digital** – Buenos Aires – ano 14 – n° 138 – Novembro de 2009.

WARREN, D.H. **Blindness and children**: an individual differences approach. Cambridge: Cambridge University, 1994.

Caroline Gomes Franzoni - Universidade Estadual de Londrina
Nilton Munhoz Gomes - Universidade Estadual de Londrina